



REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Rafael Cobbe Dias Mestrado em Educação e Novas Tecnologias, UNINTER,
rafaelcobbe@gmail.com
Claudeiza Labes Chaves Matunaga Pedagogia, UNINTER,
claudeiza.m@uninter.com
Juliana Dias Rosa Pedagogia, UNINTER, jdrdias18@gmail.com
Orientadora: Dr^a Desire Luciana Dominschek

Grupo de trabalho: Grupo de Estudo e Pesquisa e História, Educação, Sociedade e Política (GHESP)

Resumo

O trabalho apresenta uma breve discussão sobre o incentivo para a criação de repositórios institucionais nas instituições de ensino superior no Brasil. O Repositório Institucional é uma ferramenta que auxilia na organização e disseminação da produção científica, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância de 2017 incentiva as instituições de ensino superior no Brasil a construir seus repositórios institucionais.

Palavras-chave: repositório institucional, preservação digital, avaliação, MEC.

INTRODUÇÃO

A intenção deste texto é discutir o indicador 1.11 do documento intitulado, *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: reconhecimento renovação de reconhecimento*, do ano de 2017 que insere a exigência da criação de um repositório institucional nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Essas diretrizes são dadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como finalidade melhorar a qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de educação superior (SINAES, 2017, p.5). O SINAES foi criado a partir da lei Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, segundo o INEP (2015)

O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.



A avaliação tem a finalidade de ajudar as instituições a manter a excelência em seus serviços e agregar valor aos cursos e programas das instituições de ensino superior. O SINAES define as diretrizes para a autorização de novos cursos superiores, assim como, o reconhecimento do curso, que possibilita as IES emitir diplomas aos graduados. Segundo SINAES (2017, p.5)

O reconhecimento de curso, assim como suas renovações, transcorre dentro de um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pelo curso relacionadas à realidade encontrada durante a visita.

O indicador 1.11 define: para IES que tem trabalhos de conclusão de curso (TCC) fica obrigatório para cursos cujas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) preveem TCC. Neste trabalho iremos discutir apenas a exigência da disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. Essa normativa estimula as faculdades, centros universitários, universidades públicas ou privadas que oferecem cursos presenciais ou a distância a criarem seus repositórios institucionais.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Os Repositórios Institucionais são sistemas de informação usados para armazenar e disseminar a produção científica produzida em instituições de ensino. No Brasil as universidades federais optaram por usar o software DSpace de livre distribuição. Segundo Smith et al. (2003) o DSpace foi criado pelo Massachusetts Institute of Technology em 2002, projeto que foi financiado pela Hewlett-Packard Company com a intenção de armazenar a produção intelectual em formato digital da empresa. O DSpace foi concebido para armazenar e disponibilizar documentos digitais na internet e é o software usado pelas universidades brasileiras como sistema computacional de seus repositórios institucionais.

O desenvolvimento deste sistema, pode ser para muitas instituições a primeira ação para a criação de uma política de preservação digital. Os



Repositórios Institucionais são considerados portadores de informação relevante, para Leite (2012, p.8) “é importante frisar que repositórios institucionais são veículos de maximização da disseminação de resultados de pesquisa, dados que tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente”. Podemos afirmar que repositórios institucionais servem para dar visibilidade a produção científica de uma instituição, documentos como trabalhos de conclusão de curso (TCC), artigos científicos, dissertações e teses podem ser armazenados e disponibilizados nos RIs. O aceite da implantação de repositórios institucionais pelas IES, mais especificamente, as universidades federais do Brasil vêm do trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

O IBICT é um órgão nacional que está ligado ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), entre seus deveres está a transferência de tecnologia da informação para o desenvolvimento do Brasil, assim como, a preservação da produção científica e tecnológica. O projeto IBICT-FINEP/PCAL/XBDB de 2009 proporcionou a implantação de vários repositórios institucionais nas universidades federais do país através da oferta de um kit tecnológico, treinamento e suporte para as instituições participantes (IBICT, 2012).

Um dos serviços do IBICT é a Rede Cariniana de Preservação Digital que foi criada em 2012, e oferece às instituições de ensino superior tecnologias de preservação digital, assim como, a possibilidade da construção de conhecimento e novas práticas sobre a preservação digital, e Repositórios Institucionais. A rede une vários pesquisadores que trabalham com este tema. Segundo Márdero Arellano (2012, p. 87)

A Rede Cariniana tem como objetivo salvaguardar os registros da ciência, tecnologia e do patrimônio cultural do Brasil. Ela oferece uma série de alternativas para que as instituições brasileiras possam colecionar, armazenar e promover o acesso ao conteúdo selecionado através de cópias autorizadas. A rede oferece, ainda, pacotes de softwares, aplicações e ambientes multimídia para a implementação e desenvolvimento de documentos digitais preserváveis.

A necessidade de desenvolver os repositórios institucionais nas instituições de ensino não se dá apenas pelo motivo da relevância de



disseminar a informação científica, questões como, organização digital (metadados) e preservação digital acrescentam importância aos RIs.

A preservação digital se preocupa com os procedimentos que possibilitam o acesso a longo prazo dos arquivos digitais, teses, dissertações, TCC e outros documentos digitais de relevância que devem ser preservados por um longo período de tempo. Segundo Tomaél (2013, p. n.p) “ a implantação de um repositório institucional exige um estudo extenso das máquinas complexas que são as instituições, de maneira a formular políticas de gestão adequadas às características, interesses e necessidades individuais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição imposta pelo SINAES da criação de Repositórios Institucionais nas IES no Brasil promove a disseminação da produção científica destas instituições. Ter acesso irrestrito aos TCCs de uma determinada faculdade ou universidade pode ajudar o cidadão que pretende ingressar em uma graduação, já que, o nível dos TCCs que serão disponibilizados nos RIs pode servir como informação útil para a análise da IES em questão.

A criação do RI pode ainda ajudar as IES a promover a política de preservação digital da instituição. A política de preservação digital são as diretrizes definidas por cada instituição sobre as medidas que serão tomadas para que sua produção científica digital não se perca a longo do tempo, essas medidas devem ser tomadas não apenas pelo bibliotecário, e sim, por uma equipe multidisciplinar que será criada na instituição.

Este breve trabalho tentou mostrar a importância do repositório institucional nas IES, e levantar uma discussão que transcende uma nova normativa. Os RIs são sistemas de informação que podem ajudar as IES na criação de medidas de preservação digital e na organização de seus objetos digitais.



REFERÊNCIAS

IBICT. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20repositorios-digitais/historico/?searchterm=reposit%C3%B3rios%20institucionais>>. Acesso em: 18 maio 2018.

INEP. Ministério da Educação. **O que é o Sinaes**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

LEITE, Fernando et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. 40 p. Disponível em: <[http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica.pdf](http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas_práticas_para_a_construção_de_repositórios_institucionais_da_produção_científica.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2018.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Cariniana: uma rede nacional de preservação digital**. Ciência da Informação, v. 41, n. 1, 2012.

SINAES. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: reconhecimento renovação de reconhecimento**. Brasília: Inep/mec, 2017. 49 p.

SMITH, MacKenzie et al.. DSpace: An Open Source Dynamic Digital Repository. **D-Lib Magazine**, v. 9, n. 1, Jan. 2003. ISSN 1082-9873 Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january03/smith/01smith.html> >. Acesso em: 16 out. 2017.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação**. 2013.